

ÍNDICE

1 – Introdução.....	6
2 – A Instituição no meio envolvente	6
3 – Atividade.....	7
3.1 – Áreas de Atividade	7
3.2 – Matriz Custos da Atividade	9
4 – Investimentos.....	9
4.1 – Investimentos realizados no Ano 2022	9
4.2 - Diversificação das atividades e das fontes de rendimento para investimento: .	11
4.3 - Apoios externos e investimentos:	12
5 – Produção.....	13
6 – Recursos Humanos	13
8 - Perspetiva para o futuro	14
9 – Aplicação de resultados.	14
BALANÇO	15
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA	16
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	17
Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados	18
1 Identificação da Entidade	18
2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	18
3 Principais Políticas Contabilísticas	19
3.1 Bases de Apresentação	19
3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):	19
3.1.2 Continuidade	19
3.1.3 Compreensibilidade	19
3.1.4 Relevância	19
3.1.5 Materialidade	19
3.1.6 Fiabilidade.....	20
3.1.7 Representação Fidedigna	20
3.1.8 Substância sobre a forma.....	20
3.1.9 Neutralidade	20
3.1.10 Prudência	20
3.1.11 Plenitude	20
3.1.12 Comparabilidade	20
3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração	20
3.2.1 Fluxos de Caixa	20
3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis.....	21
3.2.3 Ativos Intangíveis.....	21
3.2.4 Bens do património histórico e cultural.....	21
3.2.5 Investimentos financeiros.....	21
3.2.6 Inventários.....	21
3.2.7 Instrumentos financeiros.....	22
➤ Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	22
➤ Clientes e outras contas a Receber.....	22
➤ Outros ativos e passivos financeiros.....	22
➤ Caixa e Depósitos Bancários.....	22
➤ Fornecedores e outras contas a pagar.....	22
3.2.8 Fundos Patrimoniais	22
3.2.9 Provisões	22
3.2.10 Financiamentos Obtidos	23
➤ Empréstimos obtidos.....	23



> Locações.....	23
3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos	23
4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	23
5 Ativos tangíveis.....	23
6 Ativos Intangíveis.....	24
7 Locações.....	25
8 Custos de Empréstimos Obtidos	25
9 Inventários.....	25
10 Rédito	25
11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	26
> Provisões	26
> Passivos contingentes	26
> Ativos contingentes	26
12 Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	26
13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio	26
14 Imposto sobre o Rendimento	26
15 Benefícios dos empregados	27
16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	27
17 Outras Informações.....	27
17.1 Investimentos Financeiros	27
17.2 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	28
17.3 Créditos a Receber	28
17.4 Outros Ativos Correntes	28
17.5 Diferimentos.....	29
17.6 Caixa e Depósitos Bancários.....	29
17.7 Fundos Patrimoniais	30
17.8 Fornecedores	30
17.9 Estado e Outros Entes Públicos.....	30
17.10 Outros Passivos Correntes.....	31
17.11 Outros Passivos Financeiros	31
17.12 Subsídios, doações e legados à exploração.....	32
17.13 Fornecimentos e serviços externos	32
17.14 Outros rendimentos	32
17.15 Outros gastos.....	32
17.16 Trabalhos para a Própria Entidade	33
17.17 Resultados Financeiros.....	33
17.18 Acontecimentos após data de Balanço	34
ANEXOS	35
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS/RELATÓRIO DE AUDITORIA	35
ATA CONSELHO FISCAL	36
CONVOCATÓRIA PARA ASSEMBLEIA GERAL DA LIGA DE AMIGOS.....	37
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DA LIGA DE AMIGOS	38



ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Número de Cirurgias por Sistema de Saúde	8
Ilustração 2 - Prestações de Serviços.....	13
Ilustração 3 - Resultado Líquido	13
Ilustração 4 - Ativos Fixos Tangíveis 2021	23
Ilustração 5 - Ativos Fixos Tangíveis 2022	24
Ilustração 6 - Ativos Fixos Intangíveis 2021	24
Ilustração 7 - Ativos Fixos Intangíveis 2021	25
Ilustração 8 – Inventários	25
Ilustração 9 – Rédito.....	26
Ilustração 10 - Subsídios e Apoios do Governo.....	26
Ilustração 11 - Benefícios dos Empregados	27
Ilustração 12 - Investimentos Financeiros	28
Ilustração 13 - Créditos a Receber	28
Ilustração 14 - Outros Ativos Correntes	28
Ilustração 15 – Diferimentos	29
Ilustração 16 - Caixa e Depósitos Bancários	29
Ilustração 17 - Fundos Patrimoniais	30
Ilustração 18 - Fornecedores	30
Ilustração 19 - Estado e Outros Entes Públicos	31
Ilustração 20 - Outros Passivos Correntes.....	31
Ilustração 21 – Subsídios, Doações e Legados à Exploração	32
Ilustração 22 – Fornecimentos e Serviços Externos.....	32
Ilustração 23 – Outros Rendimentos.....	32
Ilustração 24 – Outros Gastos	33
Ilustração 25 – Trabalhos para a Própria Entidade.....	33
Ilustração 26 – Resultados Financeiros	33



M. M. M.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO 2022

Estabelecem os Estatutos da Fundação Aurélio Amaro Diniz, IPSS (FAAD), que se deve proceder à elaboração e apresentação das contas e relatório de atividades do exercício findo a 31 de dezembro.

Este documento agrega um conjunto de elementos através dos quais é possível aferir o que tem vindo a ser a realidade da FAAD no decorrer dos últimos anos.

Todos os mapas contabilísticos foram elaborados de acordo com a legislação em vigor.

A aprovação das contas é, pela primeira vez, efetuada pelo Conselho de Administração composto por 7 elementos decorrente da versão dos estatutos adaptados à Lei-quadro das Fundações, que entraram em vigor neste particular a partir da tomada de posse deste órgão dirigente.

Em abril passado tomou posse o atual Conselho de Administração, que passou a conter a forma reduzida de Conselho Executivo com 3 elementos, todos em continuidade do anterior e a forma alargada com mais 4 vogais, em que entraram dois elementos que nunca tinham estado ligados aos órgãos sociais. Foram definidos os parâmetros de ligação destas duas formas de direção com a aprovação de regulamento do Conselho Executivo e agilizou a forma de trabalhar, com incremento das reuniões do órgão executivo. O mandato será de 4 anos, mantendo-se a designação do Presidente pelo executivo camarário de Oliveira do Hospital.

O Conselho Fiscal está a meio do seu mandato, assim como a Mesa da Liga de Amigos, sendo que este último hoje está desprovido da diligência de aprovação de contas, que está agora entregue estatutariamente ao Conselho de Administração na versão alargada. Contudo, é propósito submeter estes documentos à apreciação de assembleia geral daquele órgão, em data a agendar pela mesa.



1 – Introdução

A FAAD é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, à qual foi atribuído o estatuto de utilidade pública no ano de 1945. Desde a sua criação, que a FAAD atua, não só na área social (Infância e Terceira Idade), mas também na área hospitalar.

A atividade social desenvolve-se, principalmente, no âmbito dos acordos de cooperação estabelecidos com o Instituto de Segurança Social, que comparticipa um número limitado de utentes em cada uma das respostas sociais de Creche, Pré-Escolar, CATL, Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e ERPI. Tendo em conta que a capacidade instalada para cada uma destas respostas é superior ao número de acordos de que dispomos, o número de utentes é mais elevado do que o número de vagas comparticipadas pela Segurança Social. Neste momento temos dois espaços a funcionar com respostas da área social, na sede (Oliveira do Hospital) e na aldeia da Lageosa (localidade de nascimento do fundador).

Relativamente à atividade hospitalar, mantém-se a mesma estrutura física, composta pelo R/Chão, primeiro e segundo andar. O espaço do R/ Chão é, essencialmente, onde se realizam todas as consultas de especialidade, e meios complementares de Diagnóstico e Terapêutica (MCDT's). É também neste espaço que funciona o serviço de Consulta Alargada. O primeiro piso encontra-se mais direcionado para internamento no âmbito da atividade cirúrgica, uma vez que também o Bloco Operatório se localiza neste piso. Deste modo, o segundo piso, destina-se a internamento nas áreas médicas.

Apesar de a atividade hospitalar da FAAD ser essencialmente desenvolvida no âmbito do protocolo com a Administração Regional de Saúde, temos vindo ao longo dos anos a estar atentos a novas possibilidades no que respeita a protocolos com diversos subsistemas de saúde, fazendo por estabelecer novos acordos com estas entidades.

2 – A Instituição no meio envolvente

No decorrer de todos estes anos de atividade, a FAAD tem-se vindo a posicionar-se no mercado como líder na sua região de implantação, sendo neste momento uma Instituição de referência tanto no nosso concelho, como nos concelhos limítrofes.

Foi num mundo em convulsão que se desenrolou o ano de 2022: uma pandemia ainda nos seus resquícios, guerra na Europa com a invasão Russa do território Ucrainiano e eleições em Portugal com um governo de maioria absoluta que não se tem traduzido em estabilidade, com mudanças nas pastas com que a FAAD se relaciona, nomeadamente no Ministério da Saúde em que surge o figurino de CEO do SNS, alteração cuja dimensão ainda não se vislumbra na plenitude.

Estas circunstâncias internacionais trouxeram problemas acrescidos na cadeia de abastecimento e toda a sua logística, com um acréscimo de preços inimaginável aquando da orçamentação de 2022, que na instituição foram sentidos muito mais do que os números da inflação, quer no seu índice geral quer no subjacente, traduzem. Os gastos com o aquecimento de instalações e de AQS, que estão estrategicamente e ambientalmente assentes em biomassa (*pellets*) chegaram a triplicar, correndo mesmo o risco de quebra no abastecimento em alguns momentos. Na energia elétrica não foram para nós visíveis devido à (feliz!) negociação de contrato a 4 anos que termina em novembro de 2023, prevendo-se para essa altura um aumento exponencial de gastos nesse particular. Os custos com consumíveis, se se foram ajustando nos consumíveis clínicos, tiveram um aumento evidente nos produtos alimentares, produtos de limpeza e nos combustíveis. Decorrente da perda de poder de compra, teve lugar ajustamento de salários superiormente negociado, que impactou menos em 2022 mas que terá maior significado em 2023. A nível de rendimento, a quebra de rendimentos das famílias traduziu-se num decréscimo das comparticipações familiares nas diversas respostas da ação social e, não raras vezes, em dificuldades de as cobrar não obstante os ajustes efetuados. A própria Segurança Social, percebendo estas dificuldades das instituições da economia social, procedeu a aumentos das suas

comparticipações com um carácter extraordinário bem como ao adiantamento em dezembro último de parte do aumento previsto para 2023 (aqui lançadas como rendimentos a reconhecer).

Exemplo da preocupação da sociedade civil com as dificuldades dos seus pares registamos a necessidade de criar um regulamento de donativos por haver um benemérito, que esperamos venha a servir de exemplo, que se propôs pagar os custos de uma criança no nosso infantário, no caso do ATL. Esse regulamento torna transparente esta ajuda, em que nem o beneficiário nem o doador se relacionam, abrindo portas para que entidades coletivas ou particulares possam subsidiar a frequência de uma qualquer resposta social da instituição.

3 – Atividade

3.1 – Áreas de Atividade

Após dois anos em que toda a nossa atividade esteve bastante condicionada pelos efeitos da Pandemia associada ao COVID-19, no decorrer do ano 2022, foi sendo possível aos poucos retomar a normalidade.

Neste ponto do nosso relatório, descreveremos de forma mais detalhada a atividade de cada uma das áreas de atividade da FAAD.

➤ Apoio à Terceira Idade

O número médio de utentes, em todas as respostas sociais de apoio à terceira idade, no decorrer do ano 2022, sofreram um pequeno acréscimo. Apesar de pouco expressivo, este incremento da atividade demonstra que os efeitos da Pandemia se têm vindo a dissipar. Não houve já a necessidade de protelar admissões em resultado da existência de casos positivos (em ERPI) e também as famílias demonstraram níveis de confiança mais elevados no que respeita ao recurso às respostas de SAD e Centro de Dia.

➤ Apoio à Infância

Relativamente às respostas de apoio à Infância, o ano 2022 mostrou-se bastante favorável, pois verificou-se um incremento da atividade nas respostas sociais de creche e pré-escolar, mantendo-se o mesmo nível na resposta de CATL.

Também aqui se pode verificar o retomar da normalidade após a situação Pandémica, pois muitas famílias retomaram a normalidade nos seus empregos, tendo de recorrer a serviços onde deixar os seus filhos em segurança. Desde setembro passado entrou em vigor a gratuidade da resposta social de creche para as crianças nascidas após setembro de 2021, o que tem resultado numa pressão para aumento da capacidade, tendo sido abordada a Segurança Social no sentido de se poder transferir o Centro de Dia do Centro Comunitário da Lageosa para a sede e aproveitar esse espaço para este efeito. No momento de relato existem 14 crianças em lista de espera.

➤ Atividade Hospitalar

À semelhança do ocorrido nas áreas de intervenção social, também na atividade hospitalar se verificou o retomar da normalidade em relação ao que tinha sucedido nos dois últimos anos, devido à Pandemia.

Deste modo, relativamente aos meios complementares de diagnóstico e terapêutica, na globalidade, verificou-se um aumento da procura, tendo sido realizados um maior número de exames, na generalidade das áreas de intervenção existentes na FAAD.

O acesso a consultas de especialidade na FAAD, ao abrigo do protocolo com os SNS, passou no segundo semestre de 2021, a ser efetuado via CTH (através deste sistema é possível a referenciação direta por parte dos serviços de cuidados de saúde primários), o que foi uma mais valia para os utentes, na medida em que em ato imediato fica registado o pedido de consulta e especialidade pelo médico assistente. Durante o ano 2022, verificou-se um aumento do número de consultas de especialidade realizadas, na ordem dos 9%. Aqui,

importa referir que o facto de as consultas via CTH estarem incluídas no protocolo e em muitas situações virem a dar origem a um processo cirúrgico, implicou que em julho, tivesse de ser encerrada a referência, como forma de não exceder a verba total protocolada. Tal facto, para além de não servir os interesses da população, traduz-se num subaproveitar da capacidade instalada no nosso Hospital.

No que respeita ao serviço de consulta aberta que funciona na FAAD nos dias úteis das 20:00h às 08:00h e aos fins de semana 24h, também se verificou um aumento de atendimentos realizados, na ordem dos 20%. Este aumento faz-nos crer que, efetivamente a FAAD é local de recurso para os utentes locais em diferentes situações, mesmo sujeitando-se a esperar pela sua abertura pelas 20 horas. Também nesta linha se ultrapassou o número de atendimentos previstos pelo que, o facto de a manter em funcionamento regular se traduziu em atender 1774 utentes de um modo gratuito para o SNS, avaliado em 74.508€.

Relativamente à atividade cirúrgica, ao longo do ano 2022, foram realizadas na FAAD, 745 intervenções cirúrgicas. Também aqui, se verificou um incremento da atividade (na ordem dos 6,5%). Neste ponto importa salientar que, à semelhança de anos anteriores, a atividade cirúrgica esteve limitada, pelo facto de termos um teto à faturação ao abrigo do protocolo com o SNS. De modo a evitar que estes limites sejam ultrapassados é necessário estruturar de forma bastante cautelosa toda a atividade cirúrgica, fazendo a melhor gestão possível dos recursos do bloco operatório.

Do total de cirurgias realizadas ao longo do ano, cerca de 69% foram realizadas ao abrigo do SNS, 18% ao abrigo do programa SIGIC, 7% em regime particular e as restantes ao abrigo de diversos sub-sistemas de saúde (ADSE, GNR, Médis,...). O número de cirurgias realizadas ao abrigo do SNS, quando comparado com o período homólogo, sofreu um incremento na ordem dos 10%, o que demonstra a efetiva capacidade instalada existente na FAAD, que pelo facto de estarmos sujeitos a limites à faturação, não pode ser rentabilizada na sua plenitude.

Nº Cirurgias por Sistema de Saúde

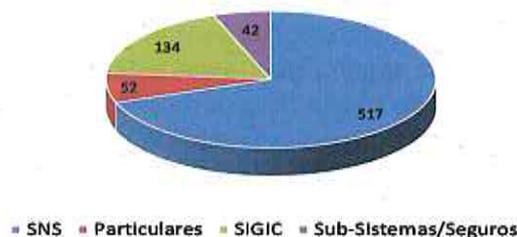


Ilustração 1 - Número de Cirurgias por Sistema de Saúde

Esta circunstância foi repetidamente alvo de chamadas de atenção junto da ARS Centro e, não tendo surtido qualquer inflexão do cumprimento escrupuloso do tecto à faturação, houve necessidade de expor diretamente ao Ministério da Saúde essa realidade, que foi feito também por deputado eleito pelo Círculo de Coimbra, Prof. José Carlos Alexandrino, havendo promessa que o valor da linha "urgência" será retirado da aferição desse tecto, tal como nos havia sido prometido pelo Ministro à data, Prof. Dr. Adalberto Fernandes.

No que respeita a internamento médico, foi renovado no início do ano o protocolo específico Covid, tendo recebido doentes de vários Hospitais do SNS da região Centro, que se traduziu num aumento da taxa de ocupação mas não impediu que tivéssemos de suspender o internamento médico na sua quase globalidade desde meados de novembro e onde ainda assim se registaram mais 11 episódios, também eles a custas da FAAD.

3.2 – Matriz Custos da Atividade

De modo a que seja possível ter uma perceção mais clara do tipo de gastos inerentes à atividade da FAAD, de seguida apresenta-se uma matriz através da qual é possível analisar a percentagem, do total de proveitos, que é canalizada para cada tipo de gastos.

	2010		2014		2018		2019		2020		2021		2022	
	Valor €	%												
Total Proveitos	5 881 862,21 €	100,0%	5 652 346,26 €	100,0%	6 364 880,07 €	100,0%	6 531 366,49 €	100,0%	6 570 409,86 €	100,0%	7 245 396,20 €	100,0%	7 913 275,71 €	100,0%
Gastos Pessoal	1 935 834,88 €	32,9%	2 357 626,94 €	41,7%	3 053 712,47 €	48,0%	3 236 207,76 €	49,5%	3 092 078,07 €	47,1%	3 505 818,23 €	48,4%	3 587 277,42 €	45,3%
Honorários	1 689 051,64 €	28,7%	1 323 035,14 €	23,4%	1 508 970,84 €	23,7%	1 423 678,89 €	21,8%	1 315 781,25 €	20,0%	1 567 596,95 €	21,6%	1 859 936,67 €	23,5%
Eletricidade	41 790,51 €	0,7%	55 566,15 €	1,0%	59 348,33 €	0,9%	57 198,53 €	0,9%	55 488,91 €	0,8%	57 484,27 €	0,8%	35 220,55 €	0,4%
Combustíveis- Veiculos	3 408,47 €	0,1%	7 302,53 €	0,1%	7 411,97 €	0,1%	13 868,54 €	0,2%	12 584,90 €	0,2%	15 797,55 €	0,2%	24 073,39 €	0,3%
Gás/Pellets	87 232,17 €	1,5%	61 174,11 €	1,1%	60 171,95 €	0,9%	76 774,95 €	1,2%	65 302,44 €	1,0%	61 741,78 €	0,9%	105 035,52 €	1,3%
Água	- €	0,0%	- €	0,0%	775,31 €	0,0%	8 302,61 €	0,1%	9 509,07 €	0,1%	11 026,42 €	0,2%	22 581,27 €	0,3%
Manut/Conserv/Serv Esp	70 394,02 €	1,2%	177 674,23 €	3,1%	189 405,23 €	3,0%	157 287,87 €	2,4%	169 872,80 €	2,6%	130 091,43 €	1,8%	195 212,09 €	2,5%
CMVMC	1 106 154,91 €	18,8%	1 056 059,35 €	18,7%	1 008 982,68 €	15,9%	1 003 346,62 €	15,4%	1 142 156,09 €	17,4%	1 131 146,32 €	15,6%	1 268 691,22 €	16,0%
Outros	947 995,61 €	16,1%	613 907,81 €	10,9%	476 101,29 €	7,5%	554 700,72 €	8,5%	707 636,33 €	10,8%	764 693,25 €	10,6%	815 247,58 €	10,3%
Cash-Flow	723 087,48 €		480 304,58 €		297 675,44 €		470 682,02 €		437 888,76 €		564 429,46 €		630 309,18 €	
Cash-Flow/Proveitos	12,294%		8,497%		4,677%		7,206%		6,665%		7,780%		7,965%	

Da análise à matriz apresentada pode-se aferir que o valor total de proveitos sofreu um aumento. Relativamente à percentagem de proveitos que é absorvida pelas diferentes rubricas de gastos, verificam-se algumas oscilações em relação ao ano transato. Assim, salienta-se a rubrica de gastos com pessoal e honorários, que apesar de apresentar um aumento do valor real, a percentagem de proveitos que é absorvida pelas mesmas sofreu um decréscimo na ordem dos 3% e 2%, respetivamente. Também a rubrica de eletricidade apresenta uma menor ocupação de total de proveitos, tendo tido uma diminuição real do gasto, por via de benefício de contrato negociado com a EDP antes do início da pandemia Covid 19, que terá o seu fim em novembro próximo. Por sua vez, as rubricas de gás/pellets, manutenção e CMVMC apresentam um aumento da percentagem de utilização de rendimentos, assente no aumento de preços generalizado e especialmente sentida neste particular.

Verifica-se que cerca de 68% do valor dos proveitos é canalizado para os gastos com pessoal e honorários.

Sendo todas as atividades da FAAD de prestação de serviços e na sua maioria, de prestação de cuidados de saúde e a pessoas idosas, em funcionamento 24h/dia, existe uma maior necessidade de funcionários de forma a garantir a qualidade dos serviços, tendo registado uma entrada de funcionários também decorrente de saídas voluntárias e situações de reforma.

Dizendo respeito o valor dos honorários, a prestação de serviços essencialmente indexados à componente hospitalar, este valor sofrerá sempre oscilações em função do número de consultas e MCDT's realizados no decorrer do ano.

4 – Investimentos

4.1 – Investimentos realizados no Ano 2022

Sendo a realização de investimentos crucial ao desenvolvimento de qualquer organização, na FAAD tem vindo a ser feito um esforço para que, ano após ano se vão realizando investimentos para melhoria das condições de trabalho dos nossos funcionários, que se refletem na amplitude e qualidade dos serviços prestados aos utentes.

O valor total dos investimentos ao longo do ano 2022 foi de 227.880,98€.

➤ Equipamento Hospitalar

Os equipamentos utilizados para o desenvolvimento das atividades em saúde encontram-se sujeitos a uma rápida evolução tecnológica, pois só desta forma é possível melhorar a qualidade e eficácia dos cuidados prestados aos doentes. Deste modo, é necessário que estejamos atentos a novas possibilidades para que, também a FAAD, possa colocar à disposição dos seus utentes os melhores serviços técnicos.

Apesar de estarmos certos da necessidade de investimento nesta área, no ano 2022, não nos foi possível investir como desejaríamos em novos equipamentos, mas também deriva da existência de investimentos em anos recentes de muito do equipamento disponibilizado. Deste modo, o montante despendido com este tipo de equipamento foi de 10.395,26€.

➤ Equipamento Informático e Administrativo

Ao longo dos tempos, a informatização de dados e procedimentos tem vindo a ser cada mais uma realidade. Inerente a estes procedimentos de informatização de informação, encontra-se a necessidade de garantir a segurança e confidencialidade dos dados. Deste modo, há sempre a necessidade de garantir que os equipamentos correspondem a todas estas necessidades.

No decorrer do ano 2022 foi efetuado algum investimento tanto ao nível de equipamentos como ao nível de *software*, tendo sido despendido nesta área um valor global de 7.968,60€.

➤ Equipamento Transporte

A necessidade diária de utilização de meios de transporte, tanto para a deslocação de utentes, como para a prestação de serviços de apoio domiciliário, faz com que seja necessário que na FAAD exista uma frota de veículos que colmatem todas as necessidades. Estando os veículos destinados aos serviços de apoio domiciliário já bastante desgastados, surgiu a possibilidade de efetuar uma candidatura ao programa de apoio PRR – Mobilidade Verde Social, no qual seria possível obter uma comparticipação de até 25.000,00€ para a aquisição de um veículo elétrico, devidamente equipado para o serviço de apoio domiciliário. Assim, foi realizada a candidatura para a aquisição de dois veículos elétricos, que foi aprovada. O valor total do investimento foi de 68.366,58€, tendo estas viaturas entrado ao serviço em novembro passado. Um mês antes procedeu-se ao abate de uma das viaturas que estavam ao uso no Apoio Domiciliário, por acidente rodoviário, apenas com consequências materiais.

➤ Equipamento Cozinha e Diversos

Ao longo do ano 2022, houve a necessidade de adquirir alguns equipamentos de valores menores, mas com bastante utilidade para o funcionamento diário da instituição. O total despendido nestes equipamentos totaliza 1.908,81€.

➤ Investimentos em Curso

No início do ano 2022, encontrava-se a decorrer a obra de ampliação/remodelação da cozinha, tendo sido efetuados lançamentos na rubrica "Investimentos em curso". Apesar de a obra ter sido efetivamente concluída durante o ano, estamos ainda a aguardar a entrega do auto de conclusão pela necessidade de revisão de preços prevista no CCP, pelo que ainda se encontra um saldo nesta conta de 275.728,19€ (129.241,73€ de 2022). Esta obra mereceu a aprovação de candidatura ao programa PARES 3.0 no valor de 119.208€, pelo que se encontram registados em capital próprio o valor previsto de apoio nos termos do contrato outorgado. Já em 2023 tivemos conhecimento de que o valor do apoio será majorado em mais 10%.

4.2 - Diversificação das atividades e das fontes de rendimento para investimento:

Há muito que a instituição tem uma lógica de crescimento orgânico, agregando a possibilidade de ser útil à população, razão pela qual a disponibilização de uma maior panóplia de serviços e uma maior quantidade se tem traduzido na faturação de mais valores e aumento dos recursos humanos ao serviço da instituição. Enfatizando a vertente de saúde, é por demais notório que o espartilho à faturação imposto pela ARS Centro provoca uma falta de resposta à população em áreas para a qual a FAAD tem disponibilidade e capacidade, nomeadamente em consulta externa, internamento e cirurgia de ambulatório. Também o inverso é verdade: aonde não há essa limitação, como nos diversos meios auxiliares de diagnóstico, é a incapacidade em contratar médicos de especialidade, especialmente radiologia, que impacta na impossibilidade de aproveitar em pleno a capacidade instalada e dar uma resposta mais célere aos muitos pedidos que surgem de uma área territorial cada vez mais vasta dentro da região centro. Também alguns técnicos não surgem, patente na aprovação de candidaturas ao programa de estágios profissionais ATIVAR sem que haja candidatos: fisioterapeutas, análises clínicas, radiologia, etc. Este tem sido e será um desafio: demover o Ministério da Saúde quanto à questão orçamental e procurar de uma forma sistemática a entrada de mais recursos humanos para as áreas em que existe premente necessidade, motivados com "amor pela camisola". No imediato, tem-se aumentado o tempo de atendimento em diversos serviços, para que se possa responder à demanda pelos diversos exames aqui disponibilizados, de forma eficiente e eficaz. Mas se falamos em desafio, temos de abordar o da precisão do aumento de espaços no Hospital, investimento constante e sucessivamente adiado por falta de apoios e cuja dimensão de valores não aconselham a instituição a construí-los *per si*, apenas em autofinanciamento, por periclitarem a sua sustentabilidade e saúde financeira. É assunto recorrentemente abordado junto da autarquia, procurando neste parceiro a abordagem ao poder político para se encontrar uma solução de continuidade, sendo que o projeto está pronto para se poder avançar para obra, parcelar ou total, quando as condições estiverem reunidas. Não haja ilusões de que não exista empenho do Conselho de Administração para que o aumento das instalações do Hospital seja uma realidade nem a da efetiva perceção da sua premente necessidade; mas esse alvedrio, embora férreo, está temperado pela prudência na esperança de melhores dias em que se arregimentem as coadjuvações imprescindíveis.

À escala da nossa capacidade também, cientes da sua mais-valia, foi retomada negociação com outras IPSS's para disponibilizar fora do concelho serviços do Hospital, tendo firmado já acordo com a Santa Casa da Misericórdia de Arganil para que aí, em breve, se disponibilize um polo que tenha a possibilidade de colheitas de amostras biológicas para serem processadas no nosso laboratório, realização de exames de cardiologia e algumas consultas de especialidade. Havendo constrangimentos naquela instituição em termos de licenciamento de espaços, que esperamos serem ultrapassados a breve trecho, contamos iniciar a atividade, incrementa-la e servir de "ensaio" para a sua replicação em outros locais, havendo já outros parceiros potenciais que mostraram interesse na zona da beira serra. Esta vontade em ser útil encontra também expressão na cedência da antiga casa do caseiro (junto ao Hospital) para que os CHUC desenvolvam uma consulta de saúde mental com carácter semanal, que depois de diversos avanços e recuos, tem já expressão desde o final de fevereiro de 2023; por sua vez, será momento de avançar com a RAmA (Residência Autónoma para Adultos) no âmbito Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados na vertente de saúde mental, cujo projeto piloto está aprovado para a FAAD com 8 utentes mas cujas candidaturas para criação do espaço com apoios do PRR tarda em surgir embora já haja legislação de suporte.

Porém, cabe neste relatório referir que teve início uma nova entrada de rendimento, com carácter regular: decorrente de uma negociação com a empresa Real Estate Manaldi, representante em Portugal do grupo Aldi da grande distribuição, estes vieram a abrir uma



loja em dezembro último em terreno cedido em direito de superfície pela FAAD, contra o pagamento de uma renda mensal, que hoje se cifra em 6 mil euros, pelo período de 30 anos. Recordando que aquela empresa pretendia a aquisição de terreno, o Conselho de Administração manteve-se firme em não alienar terrenos junto ao Hospital, embora reconheça que deixa de poder dispor de cerca de 1ha para outros fins, que até aqui tem sido agrícola. Identificado que está o principal inconveniente, que nos parece despiciente pois não coloca em causa a ampliação do Hospital nem retira capacidade agrícola pois tem a instituição outros terrenos com idêntica predisposição, nomeadamente toda a quinta junto ao Centro Comunitário da Lageosa, também se faz notar que este rendimento representa cerca de 1% do orçamento da instituição. Porém, trata-se de um rendimento de elevado valor acrescentado sem gastos associados, importante para uma instituição que deles necessita para gerar verbas para investir, que já havia sido sinalizado pelo Conselho de Administração liderado pelo Sr. Dr. Sebastião Antunes, que há 16 anos tentou situação idêntica com o grupo Jerónimo Martins, frustrada pela autarquia que não se dispôs a licenciar para aí uma superfície comercial. Em abono da verdade é de referir que dificilmente escolheríamos melhor vizinhança: assumiram o custo da recuperação do barracão de maior dimensão da quinta, criaram uma zona de passeio contígua à estrada desde a loja até ao hospital, já ofertaram equipamentos de tensão arterial e oxímetros de dedo e estabeleceram acordo para a entrega diária de todos os excedentes alimentares, que tem atingido o valor de cerca de 3 mil euros mensal. Fica aqui também a imodéstia, pois o sentimento é recíproco como já publicamente o manifestaram, chegando a colocar na capa da sua *newsletter* imagem da sua loja frequentada pelos pequenos reis magos do nosso infantário que os visitaram pela ocasião do Dia de Reis. Cremos que também a cidade beneficiou, desde logo porque passou a ter na sua principal via de entrada um espaço airoso e devidamente iluminado.

4.3 - Apoios externos e investimentos:

A instituição teve atenta a diversos programas no sentido de aproveitar apoios para investimento, sejam eles pensados para pequenos ou grandes investimentos. Se, a título de exemplo, o infantário viu aprovada candidatura à SIC Esperança com o projeto "O Desporto é a solução", recebendo 3.600€ para adquirir material de desporto, a nível macro a instituição vem a ser contemplada com o apoio do programa PARES 3.0 para a obra de ampliação da cozinha, com o Mobilidade Verde Social para a aquisição de 2 novas viaturas, elétricas, já ao serviço do Apoio Domiciliário e, novidade na FAAD, apoio do IHRU através da medida PRR-BNAUT (Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário) que irá permitir recuperar 2 edifícios no centro da cidade, que haviam sido legados à instituição no início deste século para estarem em condições de receber pessoas com necessidades, como refere a medida, urgentes e temporárias de alojamento. Estão já assinados os correspondentes contratos, que se irão desenvolver este ano, bem como o do apoio da Fundação EDP, com assumir da maioria dos custos associados a uma viatura elétrica para funcionar em complemento da atividade da unidade móvel de saúde. Do PARES 3.0 apenas foi recebido 15% do valor do apoio já em março de 2023 e do Mobilidade Verde Social 35 mil euros dos 50 mil aprovados.

A FAAD apresentou em julho passado candidatura ao programa do Fundo Ambiental, de despesas orçada em cerca de 220 mil euros, que permite melhorar a performance energética dos edifícios, para que se possa contemplar o Hospital com isolamento térmico ao nível de paredes e telhados, mudança de vidraças no alçado norte e a colocação de painéis fotovoltaicos. Até ao momento não temos qualquer indicação do ponto de situação da sua análise.

Já em 2023 soubemos da aprovação de candidatura apresentada em 2021 via Procoop (Segurança Social), para o desenvolvimento da resposta social, inovadora e atípica, de

apartamentos de autonomização, estando a decorrer a fase de formalização e definição em concreto da sua implementação.

De salientar o apoio, que muito se agradece, dos serviços técnicos do Município na fase de contratação ao abrigo do CCP e na fase de fiscalização de obras, que aqui colocaram gratuitamente os seus conhecimentos ao nosso dispor, garantindo a execução dos investimentos de modo a não colocar em causa o acesso aos fundos aprovados.

5 – Produção

O valor da produção no ano 2022 teve um aumento na ordem dos 623.000,00€.

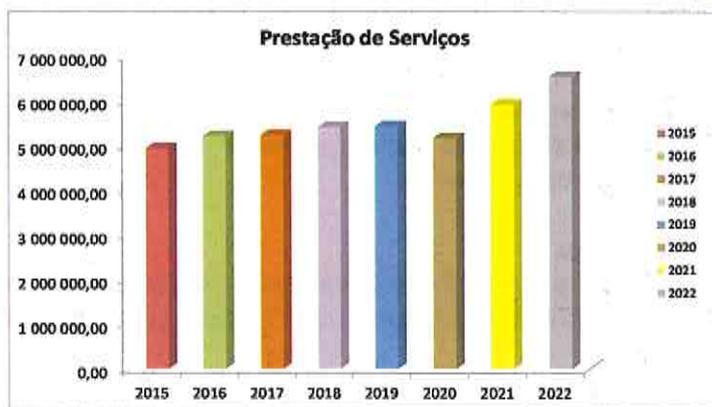


Ilustração 2 - Prestações de Serviços

Com o aumento dos níveis de produção, é possível fazer-se um melhor aproveitamento da capacidade instalada da FAAD, o que tem como consequência direta a melhoria dos indicadores económicos da FAAD.



Ilustração 3 - Resultado Líquido

6 – Recursos Humanos

O valor dos gastos com pessoal no ano 2022 totalizou o montante de 3.587.277,42€. Se procedermos à análise comparativa deste valor, com o do mesmo período do ano anterior, verifica-se que ocorreu um aumento deste gasto de, aproximadamente, 2,3%. Este acréscimo resulta essencialmente das atualizações ocorridas nas tabelas salariais em vigor. Ao longo dos anos, o quadro de pessoal tem vindo a sofrer algumas alterações, tal como representado pela tabela apresentada de seguida.

dez-18	dez-19	dez-20	dez-21	dez-22
222	203	193	205	212

As admissões efetuadas no ano 2022 resultaram, essencialmente, pelo facto de terem ocorrido algumas saídas por opção própria (via reforma ou outra), mas também pelo facto



de se ter procedido à reorganização de alguns setores e à ampliação do espectro de serviços prestados.

8 - Perspetiva para o futuro

Decorre do que atrás se mencionou haver um conjunto de desafios, que passam por procurar que o Ministério da Saúde adeque a contratação dos serviços de que o hospital dispõe à efetiva procura por parte da população, da necessidade de ter mais recursos humanos (médicos e técnicos) ao dispor, dos investimentos a iniciar tendo por base os protocolos já firmados com apoios financeiros públicos e de manter a estratégia de crescimento orgânica.

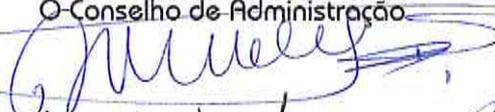
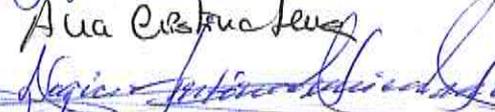
Em face dos mesmos, é com redobrada determinação que o Conselho de Administração procurará as melhores soluções, em parceria com um conjunto de *stakeholders* que encontram na FAAD a parceria na resolução de velhas e novas necessidades sociais. Isso não diminui a preocupação com o futuro, perante um conjunto de incertezas que ultrapassam a firmeza da nossa atuação.

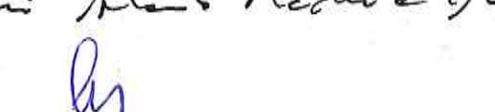
9 – Aplicação de resultados.

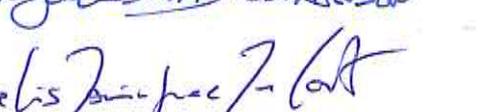
O Conselho de Administração delibera que o resultado positivo do exercício de 371.051,18€ seja incorporado no capital próprio, por transferência para a conta de resultados transitados.

Oliveira do Hospital, 30 de março de 2023

O Conselho de Administração


Rui Almeida

Rui Almeida

Rui Almeida

Rui Almeida

Rui Almeida

Rui Almeida



BALANÇO

FUNDAÇÃO DE AURELIO AMARO DINIZ - IPSS
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Contribuinte: 500746621
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-22	31-dez-21
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	3 717 767,45	3 755 148,85
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis	6	8 471,80	8 175,15
Investimentos financeiros	17.1	34 523,73	27 368,74
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		3 760 762,98	3 790 692,74
Activo corrente			
Inventários	9	121 229,39	146 796,14
Créditos a receber	17.3	1 208 933,19	1 705 726,48
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos	17.5	3 235,85	4 989,17
Caixa e depósitos bancários	17.6	3 769 175,08	3 234 254,05
Estado e Outros Entes Públicos	17.9	6 972,23	19 145,01
Outros Ativos Correntes	17.4	765 488,25	505 792,83
		5 875 033,99	5 616 703,68
Total do ativo		9 635 796,97	9 407 396,42
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	17.7	1 591 388,23	1 591 388,23
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	17.7	4 756 325,72	4 507 945,48
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	17.7	1 576 620,87	1 441 404,92
		7 924 334,82	7 540 738,63
Resultado líquido do período		371 051,18	248 380,24
Total dos fundos patrimoniais		8 295 386,00	7 789 118,87
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	11	101 684,04	151 684,04
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		101 684,04	151 684,04
Passivo corrente			
Fornecedores	17.8	533 455,56	657 991,19
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos	17.5	54 996,14	15 438,33
Estado e Outros Entes Públicos	17.9	105 599,32	86 105,13
Outros Passivos Correntes	17.10	544 675,91	707 058,86
		1 238 726,93	1 466 593,51
Total do passivo		1 340 410,97	1 618 277,55
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		9 635 796,97	9 407 396,42

A Direcção

[Handwritten signature]
 Ana Cristina Silva
 Presidente do Conselho de Administração
 José Maria Medina Leitão
 Presidente do Conselho de Administração
 José Luís Trigueiros (at)

O Responsável

[Handwritten signature]
 13764



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

FUNDAÇÃO DE AURELIO AMARO DINIZ - IPSS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

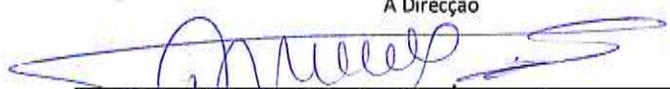
Contribuinte: 500746621

Moeda: (Valores em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-dez-22	31-dez-21
Prestações de serviços	10	6 538 727,59	5 914 848,80
Subsídios, doações e legados à exploração	17.12	1 136 124,43	1 169 070,89
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	17.16	132 769,96	110 481,15
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	1 268 949,61	1 131 146,32
Fornecimentos e serviços externos	17.13	2 406 879,62	2 035 667,92
Gastos com o pessoal	15	3 587 277,42	3 505 818,23
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-2 100,33	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	50 000,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	17.14	99 442,61	45 252,03
Outros gastos e perdas	17.15	15 749,09	7 090,30
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		630 309,18	509 930,10
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	261 175,68	266 049,22
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		369 133,50	243 880,88
Juros e rendimentos similares obtidos	17.17	4 110,79	6 040,33
Juros e gastos similares suportados	17.17	2 193,11	1 540,97
Resultados antes de impostos		371 051,18	248 380,24
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		371 051,18	248 380,24

A Direcção

O Responsável



 Aline Cristina Jesus
 Direcção da Fundação Amaro Diniz
 Rua Amaro Diniz
 1700-010 Lisboa
 Portugal



 13364



DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

FUNDAÇÃO AURÉLIO AMARO DINIZ - IPSS
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PERIÓDICA
PERÍODO FINDO EM 31 DE REG. EXERCÍCIO DE 2022

NIPC: 500 746 621
Moeda: Valores em Euros

RÚBRICAS	DATAS	
	2022	2021
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo		
Recebimentos de Clientes e Utentes	7 106 175,03	6 900 955,72
Pagamentos de subsídios à Exploração	1 136 124,43	1 169 070,89
Pagamentos de Rendimentos Suplementares Operacionais	99 442,61	20 589,22
Pagamentos de Subsídios	0,00	0,00
Pagamentos de Apoios	0,00	0,00
Pagamentos de Bolsas	0,00	0,00
Pagamento a Fornecedores	4 214 916,36	3 450 145,93
Pagamentos ao Pessoal	2 174 444,05	2 169 972,80
<i>Caixa gerada pelas operações</i>	<i>1 952 381,66</i>	<i>2 470 497,10</i>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos	-1 258 577,40	-1 177 156,45
<i>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</i>	<i>693 804,26</i>	<i>1 293 340,65</i>
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	89 277,30	34 562,02
Ativos intangíveis	5 164,55	4 966,74
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros ativos	129 241,73	130 962,39
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	22 356,39	10 425,75
Ativos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros ativos	0,00	0,00
Subsídios ao investimento	35 000,00	0,00
Juros e rendimentos similares	4 110,79	6 040,33
Dividendos	0,00	0,00
<i>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</i>	<i>-162 216,40</i>	<i>-154 025,07</i>
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	0,00	0,00
Realização de fundos	0,00	0,00
Cobertura de prejuízos	0,00	0,00
Doações	5 526,28	7 619,84
Outras operações de financiamentos	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	0,00	0,00
Juros e gastos similares	2 193,11	1 540,97
Dividendos	0,00	0,00
Redução de fundos	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
<i>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</i>	<i>3 333,17</i>	<i>6 078,87</i>
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	534 921,03	1 145 394,45
Efeito das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	3 234 254,05	2 088 859,60
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3 769 175,08	3 234 254,05

A Direcção

O Responsável

[Handwritten signature]
 Aca Cristina Sousa
 Para Interlocução Directiva e
 José António Rubens Dias
 ERRORES DE CÁLCULO
 José António Rubens Dias

[Handwritten signature]
 13364



Fundação Aurélio Amaro Diniz

FUNDAÇÃO DE AURÉLIO AMARO DINIZ - IPSS

Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

31 de dezembro de 2022

1 Identificação da Entidade

A "FUNDAÇÃO DE AURÉLIO AMARO DINIZ - IPSS" é uma instituição sem fins lucrativos, tendo por fundador Aurélio Amaro Diniz, falecido em maio de 1943, constituída sob a forma de "Fundação" em 12/07/1945 por Alvará do Governo Civil de Coimbra, com estatutos, na sua 3ª versão (adaptados à Lei-quadro das Fundações e ao Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social), registados pelo averbamento n.º 2 à inscrição n.º 48/84, a fls.72 do livro n.º 2 e fls. 38 do livro n.º 9 das Fundações de Solidariedade Social em 22/04/2020, publicados no Diário da República n.º 212, Série III, de 2 de agosto de 1984, com sede em Rua António Mendes Monteiro - Quinta da Comenda - 3400-083 Oliveira do Hospital, dando expressão organizada no dever de solidariedade e de justiça entre indivíduos mediante a concessão de bens e prestação de serviços.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2022 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-



ESNL) aprovado nos termos dos n.ºs 1, 5 e 6 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

O Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Base para Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- NCRF-ESNL – Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de julho;
- Normas Interpretativas (NI):

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.2 Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins (Sustentabilidade).

3.1.3 Compreensibilidade

A informação das Demonstrações Financeiras deve ser de fácil compreensão para os Utentes. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade é dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para



justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante de mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras se respeitam os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa



Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados para melhor compreensão.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados pelo Valor Patrimonial Tributário ou pelo valor atribuído pela companhia de seguros.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Pelo regime de depreciações utilizado anteriormente, revelar efetuar uma estimativa de vida útil adequada, mantiveram-se as taxas até aqui utilizadas, extraídas da legislação fiscal.

Nesta rubrica encontram-se ainda incluídas "as designadas propriedades de investimento (terrenos e edifícios)".

O património do Centro Comunitário da Lageosa, transferido para a FAAD pelo processo de incorporação da atividade aí desenvolvida anteriormente pela Associação dos Amigos da Lageosa encontra-se registado nas contas da FAAD, perfazendo um total de 559.581,22€.

3.2.3 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, extraído da legislação fiscal.

3.2.4 Bens do património histórico e cultural

Não existem bens do património histórico e cultural.

3.2.5 Investimentos financeiros

A FAAD é detentora de participações em duas cooperativas, tendo sido o seu registo efetuado pelo valor de aquisição das mesmas. Em ambas foi recebido donativo de terceiros para a aquisição desse capital.

3.2.6 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua



venda. Sempre que o valor do custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o Custo Médio Ponderado.

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Não existem mecanismos negociados de eliminação de riscos financeiros (câmbios, taxas de juro, entre outros).

➤ Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

➤ Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim, retratar o valor realizável líquido.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente.

➤ Outros ativos e passivos financeiros

Não existem instrumentos financeiros a reconhecer.

➤ Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

➤ Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

Não aplicável.

3.2.9 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e os quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um *exfluxo* que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir *exfluxo* englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.10 Financiamentos Obtidos

➤ Empréstimos obtidos

Não existem empréstimos junto de instituições bancárias ao longo de todo o exercício, sendo que os gastos apresentados como comissões bancárias correspondem a comissões de serviços, especialmente com a operacionalidade de TPA's.

➤ Locações

Não existem contratos de locação.

3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos

A FAAD encontra-se isenta de IRC conforme despacho dos Ministérios das Finanças e do Trabalho e Solidariedade de 16 de julho de 1998 (Diário da República III Série, nº 227).

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não houve alterações às políticas contabilísticas seguidas.

5 Ativos tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

2021						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	1 304 744,24 €	- €	- €	- €	- €	1 304 744,24 €
Edifícios e outras construções	4 962 152,12 €	- €	- €	- €	- €	4 962 152,12 €
Equipamento básico	2 101 300,31 €	59 975,46 €	25,00 €	- €	- €	2 161 250,77 €
Equipamento de transporte	188 575,05 €	- €	- €	- €	- €	188 575,05 €
Equipamento biológico	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento administrativo	449 213,52 €	4 555,60 €	- €	- €	- €	453 769,12 €
Outros Activos fixos tangíveis	27 203,32 €	534,96 €	- €	- €	- €	27 738,28 €
Investimentos em Curso	54 224,30 €	142 427,46 €	- €	- €	- €	196 651,76 €
Total	9 087 412,86 €	207 493,48 €	25,00 €	- €	- €	9 294 881,34 €
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções	2 776 710,49 €	105 718,76 €	- €	- €	- €	2 882 429,25 €
Equipamento básico	1 870 710,58 €	130 965,67 €	- €	- €	- €	2 001 676,25 €
Equipamento de transporte	177 562,55 €	11 012,50 €	- €	- €	- €	188 575,05 €
Equipamento biológico	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento administrativo	435 191,28 €	11 904,26 €	- €	- €	- €	447 095,54 €
Outros Activos fixos tangíveis	18 476,28 €	1 480,12 €	- €	- €	- €	19 956,40 €
Total	5 278 651,18 €	261 081,31 €	- €	- €	- €	5 539 732,49 €

Ilustração 4 - Ativos Fixos Tangíveis 2021



2022						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições /	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	1 304 744,24 €	- €	- €	236 450,00 €	- €	1 541 194,24 €
Edifícios e outras construções	4 962 152,12 €	- €	- €	- 236 450,00 €	- €	4 725 702,12 €
Equipamento básico	2 161 250,77 €	17 914,54 €	- €	- €	- €	2 179 165,31 €
Equipamento de transporte	188 575,05 €	68 366,58 €	- 4 195,00 €	- €	- €	252 746,63 €
Equipamento biológico	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento administrativo	453 769,12 €	3 106,88 €	- €	- €	- €	456 876,00 €
Outros Activos fixos tangíveis	27 738,28 €	- €	- €	- €	- €	27 738,28 €
Investimentos em Curso	196 651,76 €	129 241,73 €	- €	- €	- €	325 893,49 €
Total	9 294 881,34 €	218 629,73 €	- 4 195,00 €	- €	- €	9 509 316,07 €
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções	2 882 429,25 €	105 718,76 €	- €	- €	- €	2 988 148,01 €
Equipamento básico	2 001 676,25 €	127 179,27 €	- €	- €	- €	2 128 855,52 €
Equipamento de transporte	188 575,05 €	17 091,64 €	- 4 195,00 €	- €	- €	201 471,69 €
Equipamento biológico	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento administrativo	447 095,54 €	4 906,31 €	- €	- €	- €	452 001,85 €
Outros Activos fixos tangíveis	19 956,40 €	1 115,15 €	- €	- €	- €	21 071,55 €
Total	5 539 732,49 €	256 011,13 €	- 4 195,00 €	- €	- €	5 791 548,62 €

Ilustração 5 - Ativos Fixos Tangíveis 2022

A transferência de 236.450€ corresponde à criação de um artigo autónomo (2741) de parcela de 9.333,9 m² destacado da Quinta da Comenda (logradouro do hospital), cedido em direito de superfície ao ALDI (ata 528 do Conselho de Administração), como referido na introdução do relatório de gestão. O valor foi determinado pela Administração Tributária para efeitos de IMI.

6 Ativos Intangíveis

2021						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Projectos de Desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Programas de Computador	87 837,01 €	6 590,34 €	- €	- €	- €	94 427,35 €
Propriedade Industrial	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros Ativos intangíveis	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	87 837,01 €	6 590,34 €	- €	- €	- €	94 427,35 €
Depreciações acumuladas						
Goodwill	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Projectos de Desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Programas de Computador	81 284,29 €	4 967,91 €	- €	- €	- €	86 252,20 €
Propriedade Industrial	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros Ativos intangíveis	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	81 284,29 €	4 967,91 €	- €	- €	- €	86 252,20 €

Ilustração 6 - Ativos Fixos Intangíveis 2021

2022						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Projectos de Desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Programas de Computador	94 427,35 €	5 461,20 €	- €	- €	- €	99 888,55 €
Propriedade Industrial	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros Ativos Intangíveis	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	94 427,35 €	5 461,20 €	- €	- €	- €	99 888,55 €
Depreciações acumuladas						
Goodwill	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Projectos de Desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Programas de Computador	86 252,20 €	5 164,55 €	- €	- €	- €	91 416,75 €
Propriedade Industrial	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros Ativos Intangíveis	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	86 252,20 €	5 164,55 €	- €	- €	- €	91 416,75 €

Ilustração 7 - Ativos Fixos Intangíveis 2021

7 Locações

Não aplicável.

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Não se verificaram encargos com empréstimos bancários.

9 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2022 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2021				2022		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	141 903,07 €	842 447,11 €	- €	146 796,14 €	1 357 689,50 €	- 114 306,64 €	121 229,39 €
Produtos acabados e intermédios	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Produtos e trabalhos em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	141 903,07 €	842 447,11 €	- €	146 796,14 €	1 357 689,50 €	- 114 306,64 €	121 229,39 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	- €	- €	- €	1 131 146,32 €	- €	- €	1 268 949,61 €
Variações nos inventários da produção	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €

Ilustração 8 - Inventários

10 Rédito

Para os períodos de 2021 e 2022 foram reconhecidos os seguintes Réditos:



Descrição	2022	2021
Vendas	23 319,08 €	24 023,08 €
Prestação de Serviços		
Quotas de Utilizadores, Matrículas e Mensalidades de Utentes	785 834,44 €	701 740,11 €
Promoções para captação de recursos	5 729 574,07 €	5 189 085,61 €
Total	6 538 727,59 €	5 914 848,80 €

Ilustração 9 – Rébito

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

➤ Provisões

Mantém-se a provisão constituída no ano 2013 no valor de 101.684,04€ em virtude de não haver resposta ao recurso hierárquico enviado à Segurança Social por se discordar da necessidade de devolução de verbas a quando da gestão da "Casa Sarah-Beirão" em Travanca de Lagos.

➤ Passivos contingentes

Não se aplica.

➤ Ativos contingentes

Não se aplica.

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2021 e 2022, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2022	2021
Subsídios do Governo		
ISS, IP - Centro Distrital	983 565,07 €	951 050,90 €
IEFP - Centro Emprego Arganil	132 525,40 €	156 174,62 €
Autarquias	- €	15 000,00 €
POPH	- €	- €
IFAP/QREN Pro Centro	117,26 €	30,26 €
Instituto Gestão Fin. Seg. Social	2 911,92 €	- €
Apoios do Governo		
Total	1 119 119,65 €	1 122 255,78 €

Ilustração 10 - Subsídios e Apoios do Governo

Analisando a tabela apresentada, verifica-se um pequeno decréscimo do valor global dos subsídios recebidos no decorrer do ano 2022. Tal, prende-se com o facto de no ano anterior ter havido medidas excecionais de apoio à contratação, por parte do Instituto de Emprego, com a finalidade de colmatar as falhas associadas aos surtos de COVID-19.

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não se aplica.

14 Imposto sobre o Rendimento

Não se aplica.

15 Benefícios dos empregados

Decorrente da entrada em vigor dos novos Estatutos o número de membros dos órgãos diretivos sofreu alterações, sendo neste momento o Conselho de Administração constituído por 7 elementos, 3 dos quais executivos (Conselho Executivo) e os restantes não executivos. Mantém-se a inexistência de qualquer vínculo como entidade patronal e as funções são desempenhadas sem qualquer remuneração.

O número médio de funcionários com vínculo contratual na FAAD a 31/12/2021 era de 205, passando a ser de 212 à mesma data do ano 2022.

Descrição	2022	2021
Remunerações aos Órgãos Sociais	- €	- €
Remunerações ao pessoal	2 884 470,79 €	2 848 427,94 €
Benefícios Pós-Emprego	- €	- €
Indemnizações	- €	1 050,00 €
Encargos sobre as Remunerações	626 211,97 €	597 616,20 €
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	21 223,84 €	21 435,73 €
Gastos de Acção Social	4 149,16 €	3 703,87 €
Outros Gastos com o Pessoal	51 221,66 €	33 584,49 €
Total	3 587 277,42 €	3 505 818,23 €

Ilustração 11 - Benefícios dos Empregados

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas em 2022 foram de 7.200,00€.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2022, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2022	2021
Investimentos em subsidiárias	- €	- €
Método de Equivalência Patrimonial	- €	- €
Outros Métodos	- €	- €
Investimentos em associadas	- €	- €
Método de Equivalência Patrimonial	- €	- €
Outros Métodos	- €	- €
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	- €	- €
Método de Equivalência Patrimonial	- €	- €
Outros Métodos	- €	- €
Investimentos noutras empresas	6 078,20 €	6 078,20 €
Outros investimentos financeiros	28 445,53 €	21 290,54 €
Perdas por Imparidade Acumuladas	- €	- €
Total	34 523,73 €	27 368,74 €



Descrição	2022	2021
Cooperativa Rádio Boa Nova	5 000,00 €	5 000,00 €
Caixa Crédito Agrícola de Oliveira do Hospital, CRL	1 078,20 €	1 078,20 €
Total	6 078,20 €	6 078,20 €

Ilustração 12 - Investimentos Financeiros

Nesta rubrica encontra-se reconhecido o valor referente ao Fundo de Compensação dos trabalhadores, bem como as participações de capital, ao método do custo.

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

Não se aplica.

17.3 Créditos a Receber

Para os períodos de 2021 e 2022 a rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Cientes e Utentes c/c		
Cientes	1 202 498,17 €	1 703 290,03 €
Utentes	6 435,02 €	4 536,78 €
Cientes e Utentes Títulos a Receber		
Cientes	- €	- €
Utentes	- €	- €
Cientes e Utentes factoring		
Cientes	- €	- €
Utentes	- €	- €
Cientes e Utentes cobrança duvidosa		
Cientes	- €	2 100,33 €
Utentes	- €	- €
Total	1 208 933,19 €	1 705 726,48 €

Ilustração 13 - Créditos a Receber

17.4 Outros Ativos Correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinha, em 31 de dezembro de 2021 e 2022, a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
Remunerações a pagar ao pessoal	- €	- €
Adiantamentos ao pessoal	- €	- €
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	- €	- €
Devedores por acréscimos de rendimentos	631 021,25 €	505 533,83 €
Outras operações	- €	- €
Outros Devedores	141 885,49 €	7 677,49 €
Perdas por Imparidade	- 7 418,49 €	- 7 418,49 €
Total	765 488,25 €	505 792,83 €

Ilustração 14 - Outros Ativos Correntes

Encontra-se reconhecido na rubrica "devedores por acréscimo de rendimentos" os montantes referentes à atividade cirúrgica ao abrigo do Programa SIGIC, cujo desfasamento temporal entre a data da prestação do serviço e a efetiva faturação resulta do cumprimento de legislação própria do Programa em causa, o que nos obriga a proceder ao apuramento de um valor estimado, tanto para o rendimento (267.053,03€) como para o gasto (honorários médicos – ver ponto 17.10), para além do valor de processos anteriores que se encontram em reclamação judicial, tendo a FAAD ganho o processo em primeira instância e aguarda resultado do recurso interposto pela ARS Centro, que a FAAD contestou. Além destes, encontramos também aqui reconhecido o acréscimo de rendimento referente a uma parte do valor protocolado com a ARS Centro (189.458,74€), que corresponde ao acerto final (10% do valor do plafond corrigido pela execução real). Este valor carece ainda de ser verificado pela ARS Centro depois de analisado o relatório de execução enviado em fevereiro passado, para a emissão da correspondente fatura.

Na rubrica "outros devedores" encontra-se registado um valor referente à aprovação das candidaturas ao programa PARES 3.0 (obra cozinha) e PRR Mobilidade Verde Social, cujo recebimento ainda não aconteceu na plenitude (apenas 35.000€ do Mobilidade Verde Social em setembro de 2022 e 15% do PARES 3.0 já em março de 2023).

17.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2022, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Gastos a Reconhecer		
Seguros	3 235,85 €	4 989,17 €
Total	3 235,85 €	4 989,17 €
Rendimentos a Reconhecer		
Serviços a Prestar	54 996,14 €	15 438,33 €
Total	54 996,14 €	15 438,33 €

Ilustração 15 – Diferimentos

Na rubrica de "Gastos a Reconhecer", encontra-se registado o valor referente a seguros que serão pagos em 2023, e cujo gasto é do ano 2022.

Encontra-se registado na rubrica "Rendimentos a Reconhecer", um valor recebido respeitante a acordos de cooperação com o Instituto de Segurança Social, cujos serviços foram já prestados no decorrer do ano 2023.

17.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2021 e 2022, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Caixa	2 215,76 €	881,94 €
Depósitos à ordem	2 050 393,94 €	1 520 739,60 €
Depósitos a prazo	1 716 565,38 €	1 712 632,51 €
Outros	- €	- €
Total	3 769 175,08 €	3 234 254,05 €

Ilustração 16 - Caixa e Depósitos Bancários

O facto do valor em disponibilidades se encontrar maioritariamente em depósitos à ordem deriva de grande volume de recebimentos ter acontecido nos últimos dias do ano, sendo que a sua transferência para aplicações de depósitos a prazo já foi efetuada em 2023 (fevereiro e março), aproveitando o cenário de crescimento de taxas de juro disponibilizados

pela banca. A evolução na rubrica de depósitos a prazo é assim apenas do efeito de capitalização de juros.

17.7 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	1 591 388,23 €	- €	- €	1 591 388,23 €
Excedentes técnicos	- €	- €	- €	- €
Reservas	- €	- €	- €	- €
Resultados transitados	4 507 945,48 €	248 380,24 €	- €	4 756 325,72 €
Excedentes de revalorização	- €	- €	- €	- €
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 441 404,92 €	169 208,00 €	33 992,05 €	1 576 620,87 €
Total	7 540 738,63 €	417 588,24 €	33 992,05 €	7 924 334,82 €

Ilustração 17 - Fundos Patrimoniais

As variações ocorridas na rubrica de "Fundos Patrimoniais" resulta:

- Transferência do resultado líquido do ano 2021, no valor de 248.380,24€ para a conta de Resultados transitados, de acordo com deliberação em Assembleia Geral da Liga de Amigos da FAAD;
- Diminuição, pela imputação de subsídios do proporcional anual referente a valores atribuídos à FAAD e doações;
- Aumento pela mensuração de novos subsídios já contratados (Pares 3.0 e PRR Mobilidade Verde Social).

17.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Fornecedores c/c	533 455,56 €	657 991,19 €
Fornecedores títulos a pagar	- €	- €
Fornecedores facturas em recepção e conferência	- €	- €
Total	533 455,56 €	657 991,19 €

Ilustração 18 - Fornecedores

17.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros entes públicos" está dividida da seguinte forma:



Descrição	2022	2021
Activo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	- €	- €
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	6 972,23 €	19 145,01 €
Outros Impostos e Taxas	- €	- €
Total	6 972,23 €	19 145,01 €
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	- €	- €
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	- €	- €
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	31 268,99 €	24 120,71 €
Segurança Social	73 596,79 €	61 373,51 €
Outros Impostos e Taxas	733,54 €	610,91 €
Total	105 599,32 €	86 105,13 €

Ilustração 19 - Estado e Outros Entes Públicos

Na rubrica do Activo encontra-se registado o valor correspondente aos reembolsos pedidos de IVA. Estes pedidos correspondem a 50% do valor do IVA suportado na aquisição de produtos alimentares, e também com obras/manutenção de equipamentos e ativos fixos tangíveis. Ao longo do ano o total dos reembolsos pedidos foi de 28.531,93€, sendo que estavam a 31/12/2022 por receber 6.972,23€.

O valor que consta nas rubricas do passivo respeita a valores liquidados pela FAAD em 2022, a título de retenções na fonte de IRS e encargos sociais, cujo pagamento foi efetuado em janeiro 2023.

17.10 Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2022		2021	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	- €	544 293,54 €	- €	706 669,09 €
Remunerações a pagar	- €	439 995,64 €	- €	411 240,84 €
Cauções	- €	- €	- €	- €
Outras operações	- €	104 297,90 €	- €	295 428,25 €
Perdas por imparidade	- €	- €	- €	- €
Fornecedores de investimentos	- €	- €	- €	- €
Credores por acréscimo de gastos	- €	- €	- €	- €
Outros credores	- €	382,37 €	- €	389,77 €
Total	- €	544 675,91 €	- €	707 058,86 €

Ilustração 20 - Outros Passivos Correntes

Nesta rubrica encontram-se registadas:

- Remunerações aos funcionários, que sendo gasto de 2022, serão pagas em 2023;
- Estimativa de IMI a pagar em 2023, referente a 2022;
- Acréscimo de gastos associados à prestação de serviços médicos ao abrigo do programa SIGIC no valor de 100.380,48€ (valor correspondente à percentagem que cabe às equipas médicas do acréscimo de rendimentos desta parcela identificada no ponto 17.4);
- Acréscimo de gastos referente ao valor de eletricidade e água a pagar em 2023, mas cujo gasto é de 2022 (3.917,42€).

17.11 Outros Passivos Financeiros

Não se aplica.



17.12 Subsídios, doações e legados à exploração

A entidade reconheceu, nos períodos de 2021 e 2022, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2022	2021
Subsídios do Estado e outros entes públicos	1 119 119,65 €	1 122 255,78 €
Subsídios de outras entidades	11 478,50 €	16 170,30 €
Doações e heranças	5 526,28 €	29 392,81 €
Quotizações Liga Amigos	- €	1 252,00 €
Legados	- €	- €
Total	1 136 124,43 €	1 169 070,89 €

Ilustração 21 – Subsídios, Doações e Legados à Exploração

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

17.13 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e Serviços Externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2022 foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Subcontratos	213 781,39 €	234 554,78 €
Serviços especializados	1 981 245,86 €	1 626 748,08 €
Materiais	23 659,62 €	12 225,11 €
Energia e fluidos	119 407,60 €	114 595,40 €
Deslocações, estadas e transportes	25 443,49 €	12 578,33 €
Serviços diversos	43 341,66 €	34 966,22 €
Total	2 406 879,62 €	2 035 667,92 €

Ilustração 22 – Fornecimentos e Serviços Externos

17.14 Outros rendimentos

Descrição	2022	2021
Rendimentos Suplementares	38 054,55 €	17 278,28 €
Descontos de pronto pagamento obtidos	2 810,99 €	3 160,57 €
Recuperação de dívidas a receber	- €	- €
Outros Ganhos	60,00 €	3 310,94 €
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	- €	- €
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	- €	- €
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	22 356,39 €	10 575,75 €
Outros rendimentos e ganhos	36 160,68 €	10 926,49 €
Total	99 442,61 €	45 252,03 €

Ilustração 23 – Outros Rendimentos

17.15 Outros gastos

Descrição	2022	2021
Impostos	2 836,16 €	3 304,83 €
Descontos de pronto pagamento concedidos	- €	- €
Dividas Incobráveis	2 100,33 €	- €
Perdas em Inventários	4 811,62 €	3 727,01 €
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	- €	- €
Gastos e perdas nos restantes	- €	- €
Gastos e perdas investimentos não financeiros	- €	- €
Outros Gastos e Perdas	6 000,98 €	58,46 €
Total	15 749,09 €	7 090,30 €

Ilustração 24 – Outros Gastos

Neste ponto importa fazer referência ao valor inscrito na rubrica “Dividas Incobráveis” que se à transferência do valor que se encontrava em “clientes de cobrança duvidosa” em resultado da notificação recebida pelo Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa.

Nas “perdas em inventários” encontra-se reconhecidos os valores referentes a artigos deteriorados ou fora de prazo de validade, cuja troca junto do fornecedor não foi possível.

17.16 Trabalhos para a Própria Entidade

A rubrica “Trabalhos para a Própria Entidade” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Autoconsumos	6 025,57 €	5 461,07 €
Subsidio Alimentação	126 744,39 €	105 020,08 €
TOTAL	132 769,96 €	110 481,15 €

Ilustração 25 – Trabalhos para a Própria Entidade

Os valores inscritos nesta rubrica resultam das seguintes situações:

- Exploração da quinta, que origina a produção de produtos hortícolas, frutícolas e azeite, que são valorizados em função do preço de mercado;
- Imputação do valor referente ao subsídio de refeição, de acordo com o estabelecido no CCT, em virtude do mesmo ser pago em espécie.

17.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2022 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros, encargos da atividade bancária e similares:

Descrição	2022	2021
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	- €	- €
Diferenças de câmbio desfavoráveis	- €	- €
Outros gastos e perdas de financiamento	2 193,11 €	1 540,97 €
Total	2 193,11 €	1 540,97 €
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	4 110,79 €	6 040,33 €
Dividendos obtidos	- €	- €
Outros Rendimentos similares	- €	- €
Total	4 110,79 €	6 040,33 €
Resultados Financeiros	1 917,68 €	4 499,36 €

Ilustração 26 – Resultados Financeiros



Nos Resultados Financeiros encontram-se registados:

- a) Como rendimento, os juros de depósitos a prazo obtidos;
- b) Como gasto, as comissões de utilização dos terminais multibanco e outras despesas bancárias.

17.18 Acontecimentos após data de Balanço

Nada há de relevância a registar que não tenha já sido mencionado neste documento.

Oliveira do Hospital, 21 de março de 2023

O Contabilista Certificado



Pedro Miguel Lopes de Oliveira
(Membro 13364 OCC)

O Conselho Executivo



Álvaro de Abreu Herdade
(Presidente)

Ana Cristina Saraiva

Ana Cristina Saraiva Gouveia Serra
(Secretária)



Rogério António Pereira Prazeres
(Tesoureiro)

Ata número setenta e três

— Aos vinte e oito dias do mês de março de ano de dois mil e vinte e três uniu na sede da Fundação Amílcar Amaro Diniz o Conselho Fiscal, tendo no ponto único da Ordem de Trabalhos a emissão de parecer sobre o Relatório de Atividades e Contas referentes ao ano de dois mil e vinte e dois estiveram presentes todos os membros do Conselho Fiscal, podendo, assim, órgão deliberar.

— Dado início à ordem de trabalhos e tendo em vista a emissão de parecer supra referenciada, o Conselho Fiscal analisou a documentação que lhe foi apresentada pelo Conselho de Administração, designadamente o Anexo de Balanço e a Demonstração de Resultados a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e dois e a demonstração dos fluxos de caixa. O Conselho Fiscal tomou ainda em consideração a Certificação Legal de Contas alçada pelo Livro Oficial de Contas, aqui regido pelo Conselho Fiscal, Doutor Miguel Tabada. Após discussão, entendeu o Conselho Fiscal que o relatório de atividades concorda com as regras e as normas regulamentares em vigor, fazendo, no entanto, ressalvas às considerações feitas na Certificação Legal de Contas. Atente o ponto, o Conselho Fiscal deliberou por unanimidade emitir parecer favorável à proposta de Relatório de Atividades e Contas do ano de dois mil e vinte e dois, tendo em vista sua ulterior aprovação pela Junta de Amigos da Fundação Amílcar Amaro Diniz.

— O Conselho Fiscal analisou ainda uma vez a gestão que vem sendo

exercida pelo Conselho de Administração, agradecendo a sua colaboração e a dos serviços contabilísticos e financeiros da instituição.

— Nada mais havendo a tratar, a reunião - que havia sido iniciada às oito horas - foi encerrada às dez e meia horas e trinta e cinco minutos, restando-se então ao presente ata que, após leitura, foi aprovada por unanimidade e assinada por todos os membros do órgão.

Pedro Iniquiz Fins de Jesus

Miguel Miguel Fátima Fátima Santos

João Carlos Carlos João

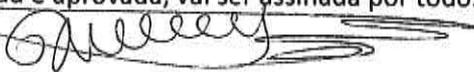
40

Ata n.º 550

Aos trinta dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas, reuniu na sala de direção sita ao Lar de Terceira Idade, o **Conselho de Administração** da Fundação de Aurélio Amaro Diniz, com a presença de todos os membros, tendo deliberado aprovar o relatório e contas do exercício do ano de 2022, cujo saldo positivo de 371.051,18€ será transferido para a conta de resultados transitados. Foi analisado o parecer do Conselho Fiscal e o relatório do Revisor Oficial de Contas certificando as mesmas, tendo os membros do Conselho Executivo feito descrição pormenorizada do ponto de situação da instituição quanto à sua atividade e quanto aos diversos investimentos em curso ou com candidaturas de apoio entretanto aprovadas ou a aguardar aprovação.

Foi ainda decidido enviar estes documentos para os membros da mesa da Liga de Amigos para que possam promover pela realização de assembleia geral, não obstante não ser necessária essa formalidade em termos estatutários, bem como solicitar aos serviços a publicação dos mesmos juntando o relatório de certificação legal de contas, parecer do Conselho Fiscal e a presente ata na página oficial da instituição na internet no sitio www.faad.online.pt.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada por todos os membros.



Ass. Tut. e Sec.

Jon. Maria Helena Dias

Paulo José Gomes

João António Silva

ROSE S. SILVA





PIEIDADE, PENACHO,
TABORDA, BAPTISTA
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

21

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Fundação de Aurélio Amaro Diniz-IPSS (a Entidade), que compreendem o balanço em 31-12-2022 (que evidencia um total de 9 635 796,97 euros e um total de fundos patrimoniais de 8 295 386,00 euros, incluindo um resultado líquido de 371 051,18 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Fundação de Aurélio Amaro Diniz-IPSS, em 31-12-2022, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Tal como referido no Anexo (notas 17.4 e 17.10) e pelos motivos aí divulgados, a Entidade não faturou alguns serviços prestados na área hospitalar relativos a 2022, o que determinou o uso de estimativas nas rubricas de rendimentos e de gastos (honorários médicos correspondentes).

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

-preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;



PIEDADE, PENACHO,
TABORDA, BAPTISTA
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS

elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

25



PIEDADE, PENACHO,
TABORDA, BAPTISTA
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS

avaliámos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subsequentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

-comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Coimbra, 28 de março de 2023

Piedade, Penacho, Taborde, Baptista & Associados, SROC, Lda.
Representada por:

Daniel Martins Geraldo Taborde, ROC n.º 1479
(registado na CMVM sob o n.º 20161089)

